

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 11/06/2012 Edição Nº 595

Contraf-CUT e CNTV enviam propostas de segurança ao ministro da Justiça

A Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) enviaram no dia 05/06, as propostas dos trabalhadores para melhorar o texto-base de projeto de lei elaborado pelo Ministério da Justiça para a criação do estatuto de segurança privada. O estudo havia sido entregue para as entidades sindicais pelo ministro José Eduardo Cardozo, durante audiência ocorrida no dia 25 de maio, em São Paulo.

O ministro, que se reuniu com todas as entidades que integram a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (Ccasp) e representações convidadas, quer elaborar um projeto para atualizar a lei federal nº 7.102/83, que hoje se encontra defasada frente ao cenário de violência, criminalidade e insegurança.

As propostas enviadas contemplam reivindicações de bancários e vigilantes, já discutidas em reuniões anteriores com a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, na perspectiva de trazer avanços para a sociedade. "Queremos principalmente a ampliação dos equipamentos de prevenção contra assaltos e sequestros, visando a proteção da vida de trabalhadores, clientes e usuários", destaca Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária.

O diretor executivo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Daniel Reis, destaca algumas das sugestões enviadas. "São questões de extrema importância, como a obrigatoriedade das portas de segurança e a proibição do transporte de valores e chave de cofres por bancários. O princípio é a proteção à vida e o que queremos é a obrigatoriedade desses itens", ressalta.

Conforme o calendário proposto pelo ministro, a partir de agora haverá tratativas para buscar con-

senso diante das discordâncias. O governo deve agendar uma nova audiência com as entidades da Ccasp entre os próximos dias 26 e 30.

Após o processo de debates, o ministro pretende concluir o projeto e encaminhá-lo à Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de ser protocolado no Congresso Nacional e votado ainda em 2012. Fonte: Contraf-CUT com CNTV e Seeb São Paulo



Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo

Um milhão de patrões têm dívidas trabalhistas

Pelo menos 1 milhão de empregadores acumulam dívidas trabalhistas não pagas, apesar de os processos já terem uma decisão judicial definitiva. O TST (Tribunal Superior do Trabalho) estima que o total de 1,7 milhão de decisões paradas equivale a R\$ 26 bilhões não repassados aos trabalhadores.

Sem poder extinguir a dívida, os empregadores usam recursos para questionar os cálculos, o que posterga o cumprimento da sentença. No topo da lista estão a extinta Vasp, bancos e empresas de segurança privada. Os devedores alegam que as pendências ainda estão em discussão na Justiça.

Fonte: Folha de São Paulo

Vigilantes são contra contratação de policiais para Barcas e ameaçam ir ao STF

Audiência pública realizada em 31 de maio na Assembleia Legislativa do Rio, na Comissão de Segurança Pública, discutiu a Lei 6.162/2012 e o decreto 43.538, de 03 de abril de 2012, do governador Sérgio Cabral, que autoriza policiais militares, civis, bombeiros e agentes penitenciários a fazer “bico” nas horas de folga. A reunião foi presidida pelo deputado Zaqueu Teixeira (PT-RJ).

A CNTV, entidades e o Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões se posicionou contrário ao decreto do governador justificando o risco de perda de emprego de mais de 11 mil vigilantes no Estado. O presidente do SVNIT, Cláudio José, lembrou que o agente público não pode fazer segurança privada. “O Estado não tem esse direito, é inconstitucional já entramos com uma solicitação de audiência no Ministério Público do Trabalho de Niterói denunciando a Lei e o decreto do Governador e vamos também levar isso através da Confederação Nacional dos Vigilantes ao Supremo Tribunal Federal” declarou o presidente do SVNIT.

Diretores da entidade estão preocupados com os desdobramentos dessas leis. Jornais de Niterói publicaram que a Barcas S/A, concessionária de serviço público, deve contratar 120 policiais para fazer a segurança do local. O SVNIT repudia a atitude reforçando que quem deveria fazer a segurança são os vigilantes. “Serão 120 homens a menos empregados. Menos 120 famílias se alimentando por um luxo e tentativa paliativa de resolver o problema salarial da polícia por parte do Estado. Sempre defendemos os policiais e os apoiamos em suas lutas, por isso não somos contra melhores rendimentos, mas os vigilantes não podem perder nessa história”, desabafa Cláudio José. “Os policiais merecem um salário digno e justo e também o descanso para se recuperar do dia a dia do seu plantão. Não é justo que para ter um salário melhor os policiais tenham que trabalhar nos dias

de folga”, completou.

Durante o debate na audiência pública os vigilantes afirmaram que querem a supressão do parágrafo único do artigo 6º, da Lei 6.162, que estabelece o regime adicional de serviços (RAS); que o decreto que estabeleceu o “bico” do policial defina claramente o que é que atividade pública e o que é atividade privada na segurança; e, por último, que se faça uma demonstração clara de que os convênios estabelecidos nesse decreto não acabarão com postos da segurança privada.

Fonte: SVNIT



Governador quer policiais fazendo bico de segurança privada, inclusive nas barcas que ligam o Rio a Niterói

Agências bancárias de São José dos Pinhais terão mais segurança

A Câmara Municipal aprovou projeto de lei que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança em agências e postos de serviços de bancos localizados no município. A iniciativa é dos vereadores professor Assis (PSDB), José Vieira (PSD), Bira do Banco (PT) e Carlos Machado (PSDB), com a colaboração dos Sindicatos dos Vigilantes e Bancários de Curitiba e Região.

De acordo com o projeto, que segue para a sanção do Executivo, cada unidade de atendimento deverá dispor de porta eletrônica de segurança, inclusive no espaço de autoatendimento. Tal dispositivo deverá contar com detector de metais, travamento e retorno automático, vidros laminados e resistentes a projéteis e abertura pra entrega do objeto laminado ao vigilante.

Também será obrigatória a instalação de vidros resistentes a disparos de armas de fogo nas fachadas externas do térreo e nas divisórias internas das instituições financeiras. As agências deverão dispor de sistema de monitoração e gravação eletrônica de imagens, em tempo real, através de circuito fechado de televisão, interligado com central de controle fora do local.

Ainda, a agência deverá providenciar divisórias opacas e com altura de

dois metros entre os caixas, inclusive nos eletrônicos, para garantir a privacidade dos clientes durante suas operações. Será vedado aos vigilantes o exercício de qualquer atividade, no interior do estabelecimento, que não seja a de segurança. Tais vigilantes serão obrigados a usar colete à prova de bala, portar arma de fogo e arma não letal autorizada, além de dispor de assento apropriado e escudo de proteção.

Segundo os autores, o principal objetivo é evitar os crimes “saidinha de banco”. “Assaltos, sequestros e outros ataques viraram, infelizmente, rotina, assustando trabalhadores, clientes e usuários das agências. Essa é uma ameaça permanente para quem trabalha ou busca atendimento bancário e os investimentos feitos pelas instituições para melhoria da segurança têm sido insuficientes”, justifica o vereador Bira do Banco.

Para o presidente da Casa, professor Assis, a medida atenderá um antigo pedido da população. “A Lei contribuirá, não só para a melhoria da segurança privada, mas principalmente para a proteção da vida de bancários, vigilantes, clientes e usuários dos estabelecimentos de São José dos Pinhais”.

Fonte: Câmara Municipal de São José dos Pinhais/PR

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF